

PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA - EPP

Rua Conde de Bonfim, 211/ Sala 807.  
Tijuca – CEP 20520-051 – Rio de Janeiro/RJ

Ao

**Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro- CRC-RJ**  
**Rua Primeiro de Março, nº 33, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro****Ref.: Pregão nº 25/2017**

A Empresa **PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.012.469/0001-27, estabelecida na Rua Conde de Bonfim, nº. 211, sala 807, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, através de seu Representante Legal infra-assinado, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor:

### **RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO PRÓPRIO**

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante **KAPX COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP** para o lote 01, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

#### **I. DOS FATOS SUBJACENTES**

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedendo que, após a análise da proposta comercial apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa **KAPX COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP** para o lote 01, em desacordo com as normas editalícias.

Registramos intenção de recurso tempestivamente. A motivação para o registro versa sobre o não atendimento das especificações do edital apresentada pela empresa mencionada.

#### **II. DAS RAZÕES**

##### **ACERCA DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:**

A empresa **KAPX COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP**, ofertou equipamento que **não**

atende as seguintes exigências editalícias:

1. 12.2.3. *Qualificação Técnica*

*“Apresentar atestado comprovando que a licitante forneceu produtos/equipamentos semelhantes ao objeto deste edital, sendo expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, contendo número do CNPJ, com **firma reconhecida do responsável**, telefone e endereço para que o CRCRJ possa realizar diligências, conforme modelo (Anexo VIII)*

**O atestado apresentando pela empresa não atende o requisito, pois não se encontra firma reconhecida do responsável.**

2. Várias licenças não ofertadas (movimentação automática e dinâmica de dados; snapshots ,etc)

- O Termo de referência prevê:

*“ 2.1.13.3. Permitir a movimentação automática e dinâmica de dados mais acessados para discos HDD de alta performance sem a necessidade de criação manual e gerenciamento de políticas de tierização.”*

**O equipamento DS2200 possui nativamente a funcionalidade de tierização para discos SAS e SATA , porém , para uso de discos SSD é necessário a aquisição da licença “ Intelligent Real-time Tiering for SSDs”. Ver página 06 – Optional software features – e página 15 “ SSD Data Tiering License\*” part number 01GV561 do catálogo abaixo .**

- O Termo de referência prevê :

*“ 2.1.13. Além do software gerenciamento, devem ser inclusos os seguintes softwares/facilidades abaixo, **licenciados para a capacidade total instalada**, e com o mesmo prazo manutenção/garantia do hardware ofertado: **2.1.13.1. Permitir a realização de cópias instantâneas (snapshots) de volumes online em tempo real.***

**O DS2200 possui nativamente licença de até 128 Snapshots (up to 128 targets), conforme pode ser visto na pagina 06 (up to 128 targets), mas para atingir sua configuração máxima ( 1024 ) faz-se necessário incluir Optional Software features - Snapshots (up to 1024 targets) na mesma página ,também visto na página 15 com “ 1024 Snapshot Upgrade License “ part number 01GV560.**

Catálogo do DS2200 : <https://lenovopress.com/lp0509-lenovo-thinksystem-ds2200->

storage-array

A apresentação de uma proposta desconforme com as condições indispensáveis para a Administração implica em entendimentos inadequados e diversos quanto aos termos do edital, o que além de não permitir clareza no fornecimento de todos os itens a serem entregues, gera falhas, lacunas ou omissões, desnivelando a disputa em prejuízo à saudável Competição e as condições de Isonomia entre os diversos participantes.

Desta forma, resta claro que a empresa desatendeu as exigências técnicas constantes neste certame, em sua totalidade, e deveria, portanto, ter sido desclassificada sumariamente.

**III - DOS FUNDAMENTOS**

Verificamos no presente caso a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com artigo 37 da Constituição e artigo 3º da lei 8.666/93. O Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento, conforme o artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

Conclui-se que é dever da Administração Pública agir conforme as exigências do instrumento convocatório, de acordo com artigo 37 da Constituição Federal e artigo 3º da lei 8.666 de 1993.

Segundo a autora Di Pietro (2007, p.334), trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicado no artigo 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

A autora firma ainda que:

*“Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os*

PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA - EPP

Rua Conde de Bonfim, 211/ Sala 807.  
Tijuca – CEP 20520-051 – Rio de Janeiro/RJ

*interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que se desrespeitou (DI PIETRO, 2007, p.334)."*

Fica claro que o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no artigo 41 da Lei 8.666.


Desta forma, a manutenção da habilitação da empresa **KAPX COMERCIO E SERVICOS LTDA**, além de contrariar as exigências do ato convocatório, é uma injustiça para com as licitantes, que atendem integralmente ao edital, além de trazer sérios riscos em contratar empresa que não apresenta qualificação para tal.

#### DO PEDIDO

Diante do exposto, a **RECORRENTE** vem data vênua perante a V.S. <sup>a</sup>, formular o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, no qual requer o provimento em face de V.S. <sup>a</sup>. rever a decisão e **DECLASSIFICAR** a empresa **KAPX COMERCIO E SERVICOS LTDA**, **para o lote 01, por descumprir as exigências editalícias**, às quais Administração e licitantes encontram-se estritamente vinculados. Desta forma, V.S. <sup>a</sup> estará com resguardo dos mais sagrados princípios de lédima e irrecusável **JUSTIÇA!!!!!!!!!!!!!!**

Nestes Termos;  
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2017.

  
PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA - EPP  
Cláudia Chagas de Brito - Representante  
CRA/RJ nº 20.72245-1 - CPF: 971.359.687-00